COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 275, DE 2007 (Substitutivo do Senado Federal)

Estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado MARCELO ORTIZ

I - RELATÓRIO

Trata-se de substitutivo do Senado Federal ao PL nº 275/07.

O projeto aprovado na Câmara dos Deputados determinava procedimentos de desinfecção e estruturação de instrumentos e utensílios empregados por profissionais cuja atividade provoque ou possa provocar corte ou perfuração no corpo do paciente.

O substitutivo do Senado dirige alteração ao artigo 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 (que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária), acrescentando parágrafo dizendo que entre os serviços a que se refere o § 4º daquele artigo serão regulamentados pela ANVISA os de barbearia, cabeleireiro, salão de beleza, manicure, pedicure, podólogo, aplicação de tatuagem, inserção de “piercings” e congêneres.

Examinado na Comissão de Seguridade Social e Família, foi aprovado o substitutivo .

Vem agora a esta Comissão para que se manifeste sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

II - VOTO DO RELATOR

Em casos como este, em que projeto de lei iniciado nesta Casa vai ao Senado para revisão e volta com um substitutivo, somos obrigados a analisar e meditar sobre o conteúdo de ambos textos, verificar o que levou o Senado a sugerir coisa diversa do que os Deputados aprovaram.

Nesse caminho, vejo hoje que o projeto aprovado na Câmara deveria ter sido modificado, deveria a ideia (que é boa) ser formulada de outro modo.

Assiste razão à Comissão de Assuntos Sociais do Senado, ao aprovar parecer do Senador Papaléo Paes, ao dizer que o texto enviado pela Câmara é “extravagante”, por buscar tratar em lei isolada o que, à luz da legislação complementar sobre redação de normas legais, devia ser tratado em legislação existente.

De fato, parece-me que o melhor caminho seria alterar a redação de algum dispositivo legal – a própria Lei nº 9.782.

Estaria eu, portanto, pronto a receber favoravelmente a modificação sugerida pelo Senado.

Ocorre que não o farei, e justo porque entendo que a modificação sugerida no substitutivo é equivocada, e do mesmo modo equivocada foi a razão eleita pelo relator para decidir-se e a sobredita Comissão do Senado a aprovar-lhe a sugestão.

Vejamos.

Ao tentar encaixar a sugestão do projeto de lei na legislação existente, ocorreu grave erro, já que o Senado tenta determinar à ANVISA que exerça sua função regulamentadora e reguladora sobre determinada atividade.

Entendo que isto agride o princípio de separação entre os Poderes, já que, pelo disposto nos artigos 61 e 84 da Constituição da República, não pode projeto de lei iniciado no Legislativo dispor sobre atribuição de órgão ou entidade do Poder Executivo.

Assim, ao tentar melhorar o projeto elaborado na Câmara, a Casa Revisora cometeu equívoco que, a meu ver, impede a aprovação do substitutivo.

Há pouco disse que havia uma razão eleita pelo Senador relator na Comissão de Assuntos Sociais. Esta razão, presente às páginas 17 e 18 dos autos, é a limitação do exercício de competências legislativas da União no campo da legislação concorrente (artigo 24 da Constituição da República).

Disse o Senador Paes que o projeto da Câmara pecava por inconstitucionalidade já que descia a minúcias que não se enquadrariam no conceito de “normas gerais”.

Ora, não creio seja possível determinar com exatidão teórica o que são “normas gerais”, tampouco formular regras e princípios que permitam e autorizem, no futuro, julgar se determinada proposta é ou não tomável por “norma geral”.

Parece-me que o julgamento deve ser efetuado caso a caso no âmbito do processo legislativo, tendo sempre em mente que o caráter “geral” da norma necessariamente guardará relação estreita com o grau de complexidade e minúcia exigível no trato legal da matéria. Em outras palavras, a norma será “geral” em função de quão “detalhada” seja a matéria nela tratada.

Discordo, portanto do Senador Paes, pois entendo que não há como a União editar norma (que será “geral”) sobre o tema sem promover um razoável detalhamento no trato da matéria.

Concluindo, declaro entender que o projeto aprovado na Comissão deveria ter passado por aperfeiçoamento, pois apresenta problemas. O Senado, na intenção de melhorá-lo, incidiu em vício de iniciativa.

Assim, somos levados a aprovar o texto da Câmara, pois está livre de vício que lhe impeça a aprovação.

Opino pela inconstitucionalidade do substitutivo do Senado Federal ao PL nº 275/07.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado MARCELO ORTIZ
Relator